



A PIEDADE E A FORÇA: O TRABALHO FORÇADO EM OBRAS DE SOCORROS PÚBLICOS NAS SECAS DA PASSAGEM DO SÉCULO XIX

TYRONE APOLLO PONTES CÂNDIDO*

Nesta comunicação procuro enfrentar o problema de caracterizar como *forçado* o trabalho executado pelos retirantes das secas no território semiárido brasileiro (em particular no Ceará) durante a passagem do século XIX e, com base nessa experiência, refletir sobre a pertinência de se considerar a presença de relações não-livres de trabalho no contexto da chamada “transição para o trabalho livre”, ainda quando os sujeitos sociais em pauta não tenham sido trabalhadores escravos.

Não é difícil encontrar características de trabalho forçado e degradante no cotidiano dos retirantes das secas engajados em obras de socorros públicos, como foram as construções de estradas de ferro, de rodagem, açudes de diferentes dimensões, portos, reformas urbanas de diversos tipos e um sem-número de outras atividades organizadas no Ceará e em outras províncias (logo em seguida, estados da federação) situadas no que se convencionou chamar de Nordeste durante a passagem do século XIX. Engenheiros autoritários, grupos de operários controlados pela presença de feitores, o serviço executado em troca basicamente de comida, a presença de policiais armados inibindo brigas e revoltas, a distribuição de rações estragadas, a acumulação de dívidas com os fornecedores, a exposição dos trabalhadores a condições perigosas, episódios de castigos corporais, além das humilhações com que os administradores subjugavam os retirantes, compunham o cenário comum das obras públicas, às quais os sertanejos pobres viam-se levados a se engajar por força do contexto de calamidade, mas com o qual souberam aprender a lidar, criando formas de resistência, tornando as jornadas de trabalho um cotidiano conflitivo.

Os anos de secas tornavam-se momentos propícios para a difusão de relações de trabalho assalariadas num universo social em que os sertanejos costumavam rejeitar o assalariamento como uma modalidade de trabalho indigna e indesejada porque vinha substituir meios de vida considerados mais autônomos, como as tão difundidas atividades de subsistência (os roçados familiares) ou ainda os regimes de parceria que (apesar de seu caráter

* Prof. Adjunto do Curso de História da Universidade Estadual do Ceará, Campus de Quixadá. Doutor em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Esta comunicação tem por base a pesquisa que desenvolvi durante o doutorado e que resultou na tese intitulada *Proletários das secas: arranjos e desarrajos nas fronteiras do trabalho (1877-1919)*, defendida em agosto de 2014 e que contou com bolsa fornecida pela FUNCAP.

assaz explorador e baseados em forte dependência ao patronato rural) preservava de alguma forma possibilidades de o trabalhador manter-se, a si e a sua família, em certo patamar de segurança alimentar aceitável. Ao longo do século XIX diversas medidas de controle social (como a formação de Companhias de Trabalhadores por iniciativa do governo provincial ou a ação do recrutamento militar forçado na perseguição ao “crime” e à “vadiagem”) contribuíram para promover a proletarização de parcelas crescentes da população sertaneja no Ceará, mas o alcance dessas mudanças foi sempre bastante limitado em função da ausência de um corpo de agentes estatais (engenheiros, juízes, delegados, policiais) capazes de interferir eficazmente no sentido de “modernizar” as relações de trabalho tradicionais. O sertão manteve-se no século XIX um espaço dominado pelo arcaísmo, governado por poderosas famílias de proprietários, senhores absolutos de terras, de animais e de pessoas. (NEVES, 2001: 37-58; SANTOS, 2008: 9-22)

As secas eram, nesse sentido, momentos privilegiados para que as elites implantassem seus projetos de construções (que vinculavam à ideia de “progresso”), aproveitando a presença de milhares de pessoas desempregadas e cujas plantações de subsistência e pequenos criatórios de animais encontravam-se arruinados pela falta de água. Inúmeras obras eram então acionadas com verbas provenientes de doações particulares ou do auxílio oficial do governo, promovendo os assim chamados “melhoramentos materiais”: ferrovias, estradas, portos, reservatórios de água, calçamentos de ruas e praças, pontes, prédios para o funcionamento de escolas, igrejas, cadeias etc. As comissões de socorros públicos (constituídas durante as secas por autoridades locais de vilas e cidades que exerciam cargos de vereadores, médicos, juízes, alguns padres, entre outros profissionais de prestígio) tratavam de organizar os retirantes no sentido de selecionar “emigrantes válidos” para os trabalhos executados nas localidades do sertão ou nas cidades do litoral (para onde iam as maiorias de flagelados), criando a modalidade do “socorro indireto”, destinado exclusivamente àqueles que retribuíssem com a prestação de trabalho os auxílios oferecidos pelos comissários. O plano era de que apenas crianças de tenra idade, pessoas muito velhas, doentes e famintos invalidados para as prestações de serviços ganhassem os socorros gratuitamente.

A política de socorrer os retirantes com trabalho assalariado era informada e reforçada pela ideologia liberal prevalecente que previa que a distribuição gratuita de comida e roupas terminaria por fomentar os considerados “vícios da vadiagem”, estimulando a prática

da mendicância entre os sertanejos. A multiplicação de casos de saques a depósitos de alimentos, assaltos em estradas, conflitos envolvendo retirantes e policiais nas ruas das principais cidades, além da multiplicação assustadora de casos de doenças infectocontagiosas entre os miseráveis (gerando epidemias que chegavam a contaminar membros das elites urbanas), tudo isso se dando num quadro de aglomeração de dezenas de milhares de retirantes concentrados em abarracamentos considerados fétidos e de difícil vigilância pelos agentes das comissões de socorros, parecia endossar as teses de que os sertanejos constituíam uma espécie de “classe perigosa” a ser urgentemente controlada para que não terminassem por se constituir em ameaça real à civilização. Sob esse pano de fundo ergueu-se a medida de, através do assalariamento, transformar-se os retirantes “de mendigos em trabalhadores”, ainda que houvesse de se valer de meios coercitivos para se chegar a esse objetivo. (NEVES, 2006: 167-189; CHAVES, 1995)

Muitas evidências indicam, no entanto, que os retirantes estranhavam, desde mesmo os primeiros contatos com as obras de socorros públicos, a natureza e a condução dos trabalhos demandados nos canteiros. Além de muitas tarefas divergirem daquelas que se costumava haver na lida diária da plantação ou da criação de gado, os métodos racionalizados de cumprimento dos serviços (com metas de produção estabelecidas e horários cronometrados, típicos dos modelos capitalistas de trabalho) contrastavam aos modos usuais de os sertanejos trabalharem. Nas obras de socorros públicos, os retirantes eram organizados em turmas de trabalhadores, lideradas por feitores que, por sua vez, estavam submetidos às ordens de chefes de turmas e, acima destes, de engenheiros, numa ordem hierárquica inexistente no labor tradicional. A ordenação dos retirantes em trabalhos extenuantes e sob ritmo contínuo de produção chocava-se com os hábitos laborais dos sertanejos. Uma coisa era o indivíduo entrar na mata para cortar madeira para construir choupanas (uma tarefa bem usual na lida diária dos sertões, e intercalada por diferentes outras atividades complementares); coisa bem diferente e rejeitada por muitos era a incursão de um exército de centenas de retirantes adentrando as matas do Cocó, em Fortaleza, para de lá, de manhã até o anoitecer, retirar milhares de galhos de madeira, enfeixados e carregados nos ombros sob os olhares vigilantes de fiscais e feitores (atentos à boa condução dos serviços), e de apontadores (registrando a presença dos operários para que estes obtivessem o direito de receber posteriormente o pagamento pelos serviços prestados). O que figurava opressivo aos retirantes era as atividades das turmas de trabalhadores serem executadas como tarefas massificadas,

parceladas, repetitivas e, portanto, desconcertantes a quem tinha por hábito um cotidiano de trabalho autônomo e polivalente.

Um fator agravante das obras de socorros públicos era o fato de geralmente os retirantes serem levados a cumprir tarefas degradantes ou extremamente perigosas, enfrentando às vezes poderosas forças naturais com seu enfraquecido corpo inanido por tantas jornadas de subalimentação. De Sobral, por exemplo, algumas turmas de retirantes foram selecionadas durante a seca de 1877 para, na ausência de animais de tração, puxarem carroças carregadas com sacas de gêneros alimentícios desde o porto de Acaraú (uma distância de aproximadamente cem quilômetros), sob o sol inclemente, através de estradas arenosas. Outras turmas, em Acaraú, passavam os dias imersas nas águas da barra formada pelo encontro do rio com o mar para ali depositarem pesados sacos de barro no serviço de contenção das marés para viabilizar a atracação de embarcações de grande porte. Nesse trabalho havia aqueles que se afogavam por tentar sustentar as pesadas cargas com água pelo pescoço. E o que dizer do serviço dos carregadores de cadáveres que, durante as jornadas da intensa epidemia de varíola em 1878, tinham de levar os corpos pelas ruas de Fortaleza até o cemitério improvisado da Lagoa Funda, para o que recebiam doses de aguardente pois a embriaguez era o único estado em que suportavam entrar em contato com os mortos e suas chagas expostas? Finalmente, perigoso também era o manuseio de explosivos usados em diversas obras, principalmente nas aberturas de estradas por trechos pedregosos e íngremes. Uma crônica publicada na revista literária *O Pão da Padaria Espiritual* registra o caso de um menino traumatizado com o apito do trem que diariamente passava pela frente de seu casebre, em que vivia com sua mãe viúva. Todos os dias, segundo a narrativa, a criança de oito anos derramava lágrimas pelo rosto, “expansão de pesar e ódio de coração infantil”; seu pai, antigo feitor da turma de cavouqueiros, morrera dois anos antes em circunstâncias trágicas, soterrado pelas pedras deslocadas numa das explosões durante as jornadas de construção da Estrada de Ferro de Baturité. (TEÓFILO, 1904: 27-28; O PÃO DA PADARIA ESPIRITUAL, 15/03/1895: 4)

Em face aos fatores de rejeição ao trabalho, a situação de penúria por que passavam os retirantes famintos tornava-se um dos únicos motivos que os faziam aceitar se manter nas obras. A mobilidade dos retirantes era um elemento complicador com o qual engenheiros e comissários haviam sempre de lidar para garantir a continuidade das obras de socorros públicos. Ocorre, no entanto, que a falta de comida (a distribuição apenas parcial

desta ou o oferecimento de víveres estragados) era um problema estrutural dessas obras. Nos tempos de maior irregularidade no fornecimento dos socorros a evasão tornava-se um desafio para os administradores darem continuidade aos trabalhos. Desdobravam-se em argumentos e promessas para contemporizar e, diante dos olhares indignados dos retirantes, convencê-los de que providências estavam sendo tomadas e que sem muita demora receberiam enfim seus pagamentos... e aplacariam sua fome. Diziam ainda aos retirantes que não encontrariam melhores condições em outras obras ao mesmo tempo que se notificava os governantes sobre as ocorrências, sugerindo que se aumentasse o controle sobre a emigração por estradas e portos no sentido de tentar inibir a “fuga de braços”, para que não faltasse de todo a mão de obra necessária ao regular andamento dos trabalhos. (CÂNDIDO, 2014: 201-207)

Revelava-se então a oposição de projetos e expectativas em relação às obras de socorros públicos: enquanto engenheiros e a elite política viam naquelas obras um meio de formação de uma classe de trabalhadores disciplinados e afeitos à modalidade do trabalho assalariado, os retirantes visavam primordialmente a obtenção do socorro. E quando a ração faltava ou estava estragada a revolta costumava explodir.

As turmas de operários que eram criadas com a intensão original de viabilizar o trabalho segundo os padrões hierárquicos já antes referidos transformavam-se logo em foco de resistência, com os retirantes fazendo de seu grande número um poderoso meio de pressão sobre seus superiores. Além dos saques aos depósitos (que era uma modalidade básica da ação direta dos operários das secas), surgia a ameaça e os ataques contra engenheiros e comissários, a sabotagem, o corpo mole na execução dos serviços... A violência era enfim incorporada como instrumento nas lutas de classe do cotidiano das obras de socorros públicos.

Sem muitas alternativas de convencimento os administradores das obras armavam homens para impor respeito e conter levantes. Certa vez, na seca de 1919, uma delegação de operários procurou a redação do jornal *A Lucta*, de Sobral, para denunciar que fiscais das obras de construção do tronco ferroviário entre Sobral e Fortaleza “ali andam ostensivamente armados de revólveres e por qualquer coisa ameaçam o infeliz operário faminto e trucidado com um trabalho forçado”. Sendo convocado pelo delegado para prestar esclarecimentos sobre o caso, o engenheiro residente da linha alegou simplesmente que seus homens “fiscalizam trabalho há 10 quilômetros fora da cidade”, tentando assim sensibilizar o delegado para o perigo que os supervisores corriam em se encontrarem a sós com os operários descontentes (A LUCTA, 3/12 e 10/12/1919). Numa outra denúncia, dizia-se que os

engenheiros da ferrovia de Baturité tratavam os operários “como escravos”, exigindo que baixassem o olhar e descobrissem a cabeça ao passarem, em sinal de respeito, e que usavam castiga-los com chibateamentos, dependendo da gravidade da falta cometida. (ECHO DO POVO, 9/07/1879)

Uma ordem disciplinar imposta de modo rígido e severo era, já por sua vez, fruto de uma determinada percepção que engenheiros e supervisores tinham a respeito dos padrões comportamentais dos sertanejos nas obras de socorros públicos. Julgados como pretensos à preguiça, suspeitos de incorrerem em subterfúgios para driblar as regras quanto a horários e postura ordenada, os operários teriam de sentir o peso das punições para que aprendessem a trabalhar de modo regular.

Outro mecanismo um tanto menos ostensivo que a exibição das armas de fogo, mas certamente tomado pelos administradores como bastante eficaz para convencer os operários das secas a trabalhar em ordem era a retenção de pagamentos visando conter evasões e atos de insubordinação. Denúncias informam que multas pesadas recaíam sobre retirantes por motivos os mais banais: ausência ao trabalho motivada por doenças, pausas para o descanso durante um ou dois minutos ou ainda quando os trabalhadores eram flagrados em brigas. O envolvimento dos operários em dívidas com fornecedores buscava conter a evasão e se constituiu em matéria de contestação durante os tempos de seca. Para os operários, multas e prisões por dívidas não combinavam com o que pensavam ser apropriado para um serviço acionado como recurso de socorro. Através da fala de um pequeno grupo de operários que procurou a redação do jornal *A Lucta* na seca de 1915 pode-se captar alguns elementos dessa subjetividade de uma gente indignada com as condições de trabalho:

Nós vem do Açude Tucunduba, onde fomos tratados cuma bicho bruto. Aquilo não é lá oxílio pus famintos, é um trumento. A gente ganha 1\$200 [mil e duzentos réis] pur dia, nos dão um vale de \$950 [novecentos e cinquenta réis] pra comprá gêneros no fornecedor e os chefes dos serviços fica com o resto pra mode dá no fim do mês. Se a gente não arrisiste o trabaio cuma num arrisistimos e larga o serviço antes do fim do mês num arrebebe nenhum vintém daquele dinheiro que tava na mão do dr., cuma cada um de nós deixou lá um bocadão. (A LUCTA, 12/01/1916)

As experiências do trabalho forçado marcaram a vida de gerações de trabalhadores pobres do sertão seco no Norte brasileiro. Numa região de industrialização e

urbanização incipientes, os contingentes de sertanejos ocupados nas obras de socorros públicos assumiam dimensões, digamos assim, faraônicas. Na seca de 1877-79, pelos canteiros de obras da Estrada de Ferro de Baturité trabalharam algo em torno de cinquenta mil pessoas. Número aproximado também do pessoal ocupado na Estrada de Ferro de Sobral naquela mesma seca. Para Quixadá, palco da construção do grande açude do Cedro, em 1889, confluíram uma massa de noventa mil pessoas. A cada seca do período (1877, 1889, 1900, 1915 e 1919), centenas de obras de variadas dimensões absorviam como mão de obra aquelas aglomerações de retirantes tão temidas e rejeitadas pelas cidades sobressaltadas. Como procurei demonstrar em minha tese de doutorado, apesar de provisórios, restritos aos meses de estiagem, os serviços desenvolvidos durante os anos de escassez prolongada foram capazes de formar uma espécie de proletariado das secas, pessoas que, ainda que voltando a sua condição original de trabalhadores rurais em tempos de chuvas regulares, passavam a incluir em seu horizonte de expectativas a possibilidade de ter de trabalhar em alguma obra de socorro público para enfrentar os tempos mais difíceis das secas.

Isso coloca um problema historiográfico de fundo. Para o caso dos proletários das secas a inserção das relações de trabalho assalariadas não corresponde à narrativa de uma “transição para o trabalho livre”. Não porque não se estaria naquela época vivendo um momento de transição no sentido de haver transformações estruturais em curso, mas porque as novas relações de trabalho que surgiam não eram propriamente livres, apesar de os operários em foco não serem tampouco classificáveis como escravos.

“Trabalho escravo” e “trabalho livre” não são, desse modo, as únicas categorias de análise encontráveis para nos referirmos às experiências dos trabalhadores que viveram aquele contexto de transformações. Entre essas modalidades-limite de relações de produção havia diversos outros tipos de trabalho não-livres, uns mais “degradantes”, outros menos, uns mais “forçados” que outros... As relações estruturadas nas obras de socorros públicos durante as secas da passagem do século XIX revelam diversos aspectos particulares que não devem ser generalizáveis para outros contextos, mas se constituem em índice importante a mostrar como a trajetória histórica para a implantação de relações assalariadas é matéria muito mais complexa e problemática do que se pensava.

Decerto, uma das dificuldades dos modelos explicativos sobre o assunto está relacionada à tese marxiana de que havia *uma única* maneira “verdadeiramente” capitalista de tornar a força de trabalho uma mercadoria vendável, assalariável: aquela em que o

trabalhador, “como indivíduo livre, pode dispor de sua força de trabalho como uma mercadoria que lhe pertence”. Marx foi mesmo convincente quando demonstrou o quiproquó que essa tal “liberdade” do trabalhador assalariado representa, pois sendo “livre num duplo sentido”, gozava da liberdade de todo cidadão juridicamente emancipado ao mesmo tempo em que era “livre dos meios de produção”, ou seja, não podia dispor dos meios de vida, sendo obrigado a se assalariar para sobreviver (MARX, 1984: 149-163). Sobre essa natureza contraditória de um modo de produção que mascara a servidão moderna sob o manto do livre comércio de mercadorias – pois afinal o assalariado é mesmo livre para vender sua capacidade de trabalho a quem quer que se disponha a comprá-la – Karl Marx concentrou a maior parte de sua obra. Para chamar a atenção a essa ambiguidade da liberdade sob as relações assalariadas, Frederick Engels, que buscava ser sempre mais didático que Marx (sendo algumas vezes menos criterioso), usava a expressão “escravidão assalariada”. (ENGELS, 2010)

Mas não é verdade que apenas indivíduos livres e autônomos possam vender sua força de trabalho. Marcel van der Linden, empenhado em estudar a história social do trabalho e dos trabalhadores desde uma perspectiva global, sugere que essa forma de encarar a emergência das relações assalariadas guarda muito de uma análise eurocêntrica e assegura que, “na realidade, a mercantilização da mão de obra toma *muitas formas diferentes*, entre as quais a forma em que o trabalhador livre vende unicamente sua força de trabalho é apenas *um exemplo*” (LINDEN, 2013:29). De fato, muitas e variadas formas intermediárias entre o trabalho livre e a escravidão (no pleno sentido desses termos) podem ser apontadas na história desde ao menos o século XVII, sobre as quais ninguém poderá negar que se ergueu o grande processo de formação do sistema capitalista de produção.

A presença de relações de trabalho forçado no curso de expansão do capitalismo envolve aspectos imaginários bastante amplos. Talvez seja um sintoma da historiografia não ter dado tanta atenção a essas relações, pois elas desafiam não apenas o caráter progressista do capital, mas às próprias convicções evolucionistas e eurocentristas da história. Curiosa é a ausência de referências a um artigo seminal de um dos principais historiadores sociais ingleses, Raphael Samuel, publicado no terceiro número da *History Workshop Review*, nos idos de 1977. Nele Samuel dedicou-se a mostrar os impactos trazidos pelas máquinas a vapor sobre as condições de trabalho na Inglaterra vitoriana e constatou que, longe de terem sido instrumentos para a libertação da energia humana, as modernas indústrias mecanizadas

geraram novos patamares de produção que implicaram em ainda maior intensificação da exploração sobre a maioria dos trabalhadores, e isso não só no seio da “grande oficina do mundo”. Em suas palavras: “A revolução industrial, longe de reduzir o trabalho humano, criou todo um novo mundo de empregos de trabalho pesado: a construção de ferrovias é um primeiro exemplo”. O século XIX teria, desse modo, testemunhado “uma enorme deterioração nas condições de trabalho”. Essa relação entre mecanização e a intensificação do trabalho não se deu de modo homogêneo e em todo o lugar. Bem pelo contrário:

O capitalismo no século XIX desenvolveu-se em vários sentidos. A mecanização num departamento de produção foi sempre complementada por um incremento de trabalho pesado em outros; o crescimento de grandes firmas pela proliferação de pequenas unidades de produção; a concentração de produção em fábricas pela difusão do trabalho doméstico por encomenda. (SAMUEL, 1977: 8-17)

No meio dessas conexões contrastantes, muitos construtores de estradas, canais e ferrovias pelo mundo continuavam a exercer seu trabalho usando suas convencionais picaretas e pás (*pick-and-shovel works*), a despeito de todos os avanços verificados na engenharia civil. Mas a extensão crescente de vias de comunicação pelo planeta fazia com que um número muito maior de pessoas engrossasse os exércitos desse ramo de trabalho pesado. Ao contrário do que era festejado nas Exposições Universais da época, o progresso da grande indústria e das relações comerciais pelo mundo não apenas não implicou na emancipação das maiorias pelo planeta como contribuiu para agrilhoar os trabalhadores com ainda mais servidão e trabalho pesado.

Sendo assim, não fugiam à regra as elites locais quando, para socorrer as multidões de retirantes das secas, as enredaram num tipo de trabalho opressivo e extenuante, *forçado* afinal. O elemento peculiar dessa captura era que os trabalhadores pobres dos sertões eram levados ao trabalho nas obras de socorros públicos em função de uma sucessão de secas que se mostraram particularmente devastadoras naquela passagem do século XIX.